



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAAC
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS

RAFAEL CORREIA MÁXIMO FEITOSA

A EVOLUÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM UM
CENÁRIO DE CRISES INTERNACIONAIS

FORTALEZA

2012

RAFAEL CORREIA MÁXIMO FEITOSA

A EVOLUÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM UM CENÁRIO
DE CRISES INTERNACIONAIS

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado Executivo,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Atuariais.
Orientadora: Prof^a. Ms. Alana Katielli
Azevedo de Macedo

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuaria,
Contabilidade e Secretariado Executivo – FEAAC

Feitosa, Rafael Correia Máximo

A evolução do Regime Geral de Previdência Social em um cenário de crises internacionais / Rafael Correia Máximo Feitosa. – 2012.

50 f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Curso de Ciências Atuariais, Fortaleza, 2012.

Orientação: Profa. Ms. Alana Katielli Azevedo de Macedo

1. Crise Financeira. 2. Mercado de Trabalho. 3. Previdência Social. 4. Regime Geral de Previdência Social.

RAFAEL CORREIA MÁXIMO FEITOSA

A EVOLUÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM UM CENÁRIO
DE CRISES INTERNACIONAIS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Atuariais do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Atuariais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Alana Katielli Azevedo de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Dr. Vicente de Lima Crisóstomo (Membro da Banca Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Dr. Paulo Rogério Faustino Matos (Membro da Banca Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

De maneira especial, dedico esse trabalho à Helenira Correia Máximo Feitosa, minha querida e amada mãe, pela base, apoio e cuidado com meu sucesso pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força interior e sua presença constante em minha vida.

Aos meus pais, por tudo que representam em minha vida, porque se não fossem eles eu não estaria aqui.

Em especial, a minha namorada, Neuta Carolinne, que me deu forças para continuar e nunca desistir dos meus objetivos.

As minhas irmãs, Natália Máximo e Camilla Máximo, que direta e indiretamente contribuíram para que eu enfrentasse e vencesse esse desafio.

Aos meus amigos, Lucas Colares, Marx Fiúza, Adler Campos e Raphael Cardoso, pelo apoio e compreensão constantes.

Aos professores que com muita dedicação e sabedoria me ensinaram ao longo deste curso conhecimentos que serviram para a minha base acadêmica e para a vida.

A minha orientadora, Alana Azevedo, por sua contribuição, dedicação e incentivo para o desenvolvimento deste trabalho.

A todas as pessoas que me ajudaram indiretamente para a realização deste trabalho.

“Onde estava todo esse dinheiro? Estava muito bem guardado. De repente, ele apareceu logo, para salvar o quê? Vidas? Não. Apareceu para salvar os bancos.”

(José Saramago)

RESUMO

Nas últimas duas décadas, ocorreram diversas crises econômicas e financeiras internacionais que afetaram a economia de diversos países. O Brasil não tem sido imune aos efeitos negativos dessas crises, que tiveram consequências diversas nos setores financeiros, produtivos, no mercado de trabalho e na Previdência Social. O objetivo deste trabalho é analisar as principais crises financeiras ocorridas nas últimas duas décadas, seus efeitos na estrutura do mercado de trabalho brasileiro e seus impactos para a previdência social do Brasil. Para isto utilizou-se como metodologia uma abordagem qualitativa e quantitativa baseada em dados oficiais sobre o mercado de trabalho e a previdência social e uma pesquisa bibliográfica-documental. A pesquisa concluiu que as crises financeiras ocorridas em diversos países, no período de 1990 a 2011, tiveram seus efeitos negativos na economia brasileira, alterando a estrutura do mercado de trabalho e consequentemente impactando na previdência social. Porém, a estabilidade econômica vivida pelo Brasil atrelado às medidas tomadas para amenizar os efeitos da crise financeira de 2008, diminuíram os efeitos negativos dessas crises sobre o mercado de trabalho e o sistema previdenciário na última década.

Palavras-chave: Crise Financeira. Mercado de Trabalho. Previdência Social. Regime Geral de Previdência Social

ABSTRACT

In the last two decades, several international economic and financial crises have affected the economy of many countries. Brazil has not been immune to the negative effects of these crises, which have different consequences in the financial, production, labor market and social security fields. The aim of this study was to analyze the major financial crises that happened in the last two decades, their effects on the structure of the Brazilian labor market and their impacts on social welfare in Brazil. The methodology of this study used a qualitative and quantitative approach based on official data on the labor market and social security as well as a bibliographical research. This study found that financial crises have occurred in several countries over the period 1990 to 2011, had negative effects on the Brazilian economy, changing the structure of the labor market and consequently impacting social security. However, Brazil has been experiencing economic stability, which is linked to the measures taken to mitigate the effects of the financial crisis of 2008, and that decreased the negative effects of these crises on the labor market and pension system in the last decade.

Key words: Financial Crisis. Labor Market. Social Security. General Social Security Regime

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução da população ocupada, população desocupada e da população ocupada em situação informal.....	30
Gráfico 2 – Evolução da Cobertura Social.....	32
Gráfico 3 – Evolução do rendimento médio mensal recebido no trabalho principal. Valores em R\$ de outubro de 2009.....	33
Gráfico 4 – Evolução do índice de Gini referente a distribuição da renda domiciliar per capita.....	34
Gráfico 5 – Comparação entre a variação relativa anual do PIB com a variação relativa do número de empregos formais em 31/12.....	35
Gráfico 6 – Evolução da arrecadação líquida previdenciária do RGPS. Valores atualizados pelo INPC mensal, a preços de dezembro de 2010.....	43
Gráfico 7 – Arrecadação líquida previdenciária, despesa com benefícios e resultado previdenciário do RGPS em relação ao PIB.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empregos formais no Brasil em 31 de dezembro	28
Tabela 2 – Grau de informalidade	31
Tabela 3 – Arrecadação líquida, despesa com benefícios do RGPS e resultado previdenciário, em milhões de reais, a preços de dez/2010	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CRISES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS DE 1990 A 2011	13
2.1	Crises financeiras internacionais.....	15
2.1.1	<i>Crise econômica do México de 1994-1995</i>	15
2.1.2	<i>Crise financeira asiática de 1997.....</i>	17
2.1.3	<i>Moratória russa de 1998.....</i>	19
2.1.4	<i>Crise da Argentina de 2001.....</i>	20
2.1.5	<i>Crise do subprime (EUA-2008)</i>	21
2.2	Crises financeiras nacionais.....	24
2.2.1	<i>Crise brasileira de 1999.....</i>	24
2.2.2	<i>Crise brasileira de 2002.....</i>	25
3	MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	27
3.1	Evolução da composição do emprego formal, da taxa de ocupação e da taxa de desocupação da força de trabalho	28
3.2	Evolução do grau de informalidade na população ocupada e cobertura previdenciária	31
3.3	Evolução e distribuição dos rendimentos do trabalho	33
3.4	Relação PIB X Mercado de Trabalho X Previdência Social	35
4	A PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL DE 1990 A 2011	37
4.1	Financiamento da Previdência Social.....	37
4.2	Déficit da Previdência Social	39
4.3	Resultado da Previdência Social de 1990 a 2011	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Analisando a trajetória das diversas crises financeiras que ocorreram no período de 1990 a 2011 e que devastaram os mercados desregulados, verifica-se que o Brasil não tem sido imune aos efeitos negativos dessas crises.

O Brasil, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, iniciou o processo de redemocratização, com eleições diretas para presidente da república. Com o primeiro presidente eleito pelo povo, após o período da ditadura, o país conviveu com a instabilidade econômica, em decorrência, principalmente, do confisco de poupanças e da mudança da moeda.

Em seguida, o país passou por sucessivos aumentos de inflação e com a criação do Plano Real, no ano de 1994, o país finalmente experimentou a estabilidade econômica. Entre os anos de 1990 e 2001 ocorreram crises internacionais associadas à expansão dos mercados financeiros e a capitais especulativos (crises no México, Ásia, Rússia, Brasil, Argentina etc.). Essas crises afetaram a economia brasileira com o chamado efeito contágio em função da redução dos empréstimos aos países emergentes, que tiveram como consequências para o Brasil a dependência de capitais voláteis, altas taxas de juros, novos empréstimos e negociação de três acordos preventivos com o FMI.

Nos anos de 2001 a 2011, a economia brasileira operou num contexto de comércio internacional favorável, combinada com reduções nos patamares de juros internos, com uma importante expansão das várias modalidades de crédito, estímulo ao consumo, investimento e capitalização das empresas, aumentos do salário mínimo à frente da inflação, aumento dos investimentos públicos e expansão das políticas sociais. Porém, nos anos de 2008 e 2009, os EUA sofreram uma grande crise financeira que trouxeram como consequências para o Brasil a redução dos créditos externos, a desvalorização do Real frente ao Dólar, a retração de investimentos financeiros e a queda dos preços das *commodities*.

As crises financeiras internacionais impactam diretamente a estrutura do mercado formal de trabalho, cuja estruturação e evolução têm evidentes relações com a Previdência Social. Os indicadores econômicos mostram que a taxa positiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a partir de certo patamar, apresenta uma relação direta com a formalização de contratos previdenciários de empregados e de outros vínculos contributivos.

Neste contexto, é importante analisar o impacto que as crises financeiras internacionais causaram na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, afetando diretamente a previdência social, a fim de ajustar futuras alterações estruturais e econômicas, bem como, regular a situação de sua estabilidade.

É importante destacar como problema, quais os impactos causados pelas crises econômicas e financeiras, que ocorreram no período do início da década de 1990 até 2011, na Previdência Social do Brasil.

A partir deste contexto, este trabalho tem como objetivo geral analisar as principais crises financeiras internacionais ocorridas nas últimas duas décadas e seus efeitos na Previdência Social do Brasil. Como objetivos específicos pretende-se identificar as principais crises financeiras e econômicas internacionais que ocorreram no período de 1990 a 2011 e seus efeitos na economia brasileira; verificar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro nos períodos de crise econômica; e comparar as receitas e despesas previdenciárias no período em análise buscando os possíveis impactos das crises financeiras.

Os pressupostos a serem confirmados são os seguintes: se as crises financeiras que ocorreram entre 1990 e 2011 impactaram na estrutura do mercado de trabalho brasileiro; e se as modificações provocadas pelas crises na estrutura do mercado de trabalho influenciaram no resultado da previdência social nesse período.

Este estudo será desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa que apresenta como característica principal analisar os fenômenos que se relacionam com o assunto. Com relação aos procedimentos técnicos adotados, será utilizada uma pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida com base em materiais constituídos principalmente por livros e artigos científicos inerentes ao assunto em estudo e que possibilitem alcançar a resposta.

Além da introdução e considerações finais, este trabalho está dividido em três seções, da seguinte forma: a segunda seção aborda sobre os tipos de crises financeiras existentes e as principais crises que ocorreram no período de 1990 a 2011; a terceira seção focaliza a evolução das principais variáveis do mercado de trabalho no Brasil e os possíveis efeitos das crises financeiras nessas variáveis; a terceira e última seção apresenta uma análise das receitas e despesas da previdência social do Brasil buscando os possíveis impactos ocasionados pelas crises financeiras.

2 CRISES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS DE 1990 A 2011

No esforço de compreender o impacto das crises financeiras internacionais na Previdência Social do Brasil de 1990 a 2011, esta seção busca, antes de tudo, abordar as referências teóricas sobre as crises financeiras, os tipos de crises existentes, suas características e as crises que ocorreram nesse período.

O termo crise financeira é utilizado para uma variedade de situações nas quais instituições ou ativos financeiros apresentam desvalorização repentina. Para Reinhart e Rogoff (2010), essas crises estão normalmente associadas a ataques especulativos contra a moeda, corridas bancárias, surtos de alta inflação, calotes soberanos e estouro de bolhas de ativos.

As crises cambiais, geralmente ocasionadas por ataques especulativos bem sucedidos contra a moeda, se caracterizam por uma desvalorização abrupta anual da moeda nacional frente ao dólar. Reinhart e Rogoff (2010, p. 5-6) as definem como uma desvalorização cambial acima de 15%. Um bom exemplo de crise cambial foi a crise que ocorreu no Brasil em 1999.

As crises bancárias, segundo Vidal (2011, p. 25), são consideradas períodos de intenso estresse financeiro para todos os agentes do mercado. São caracterizadas por corridas bancárias que resultam no fechamento ou incorporação de instituições bancárias pelo governo.

As crises de inflação são caracterizadas por períodos com surtos de alta inflação. Para Reinhart e Rogoff (2010, p. 4-5), esses períodos devem ser superiores a 12 meses e a inflação tem que superar os 40% para se caracterizar uma crise de inflação.

As crises de calotes soberanos ocorrem quando os governos não cumprem seus compromissos de pagamento, referentes a obrigações de dívidas. Essas crises podem ser caracterizadas de três maneiras:

- a) crises de dívidas externas, quando os calotes se referem a empréstimos contratados estão sob jurisdição de outro país;
- b) crises de dívidas internas, quando os calotes se referem a empréstimos contratados sob a jurisdição do próprio país; e
- c) crises de dívidas externas e internas, quando ambas as situações dos itens anteriores acontecem.

Para Reinhart e Rogoff (2010), crises de inflação, calotes externos e calotes internos estão intimamente ligados, pois a alta generalizada dos preços permite que todos os devedores paguem suas dívidas em moeda cujo poder de compra é agora muito inferior ao de quando se contraíram os empréstimos, e também temos que uma vez que governos caloteiam suas dívidas, dificilmente são considerados confiáveis para garantir o valor da moeda.

Quando os governos, bancos, empresas ou consumidores acumulam dívidas em excesso, geram riscos mais sérios do que pensam, mesmo durante um período de prosperidade.

Quanto maior a dívida, maior será a tendência de aumentar os preços das ações e dos imóveis, muito além do que se reconheceria como viável ao longo prazo, o que geraria a impressão de que os bancos são estáveis e lucrativos. Toda essa prosperidade falsa movida a dívidas proporciona errada validação de políticas públicas, da capacidade das instituições financeiras de gerar lucro e em relação ao padrão de vida do país.

Uma crença apresentada pelas economias dificulta a cessação da reincidência de crises financeiras, crença nomeada de “desta vez é diferente”.

A essência da crise “Desta vez é diferente” é simples. Suas raízes se situam na crença obstinada em que as crises financeiras são episódios que acontecem com outras pessoas, em outros países e em outras épocas; as crises não explodem em nossas mãos, aqui e agora. Estamos acertando mais, somos mais inteligentes, e aprendemos com os erros do passado. As velhas regras sobre avaliação não mais se aplicam. No entanto, infelizmente, economias altamente alavancadas podem estar debruçadas, sem saber, à beira do abismo financeiro, já há muitos anos, até que o acaso e as circunstâncias deflagram uma crise de confiança que as empurra precipício abaixo (REINHART, ROGOFF, 2010, p.1)

De acordo com Reinhart e Rogoff (2010), os formadores de opinião crêem que as lições foram aprendidas com os erros passados, que as novas técnicas de avaliação de ativos são mais poderosas e não apresentam os problemas antigos, e que as inovações tecnológicas e as políticas públicas são infalíveis, ou seja, que determinada situação econômica seja diferente de situações de crises anteriores.

Com a evolução do comércio, atrelado a internacionalização do sistema financeiro, a integração dos mercados acionários, e a intensificação das relações entre os países, desequilíbrios iniciados em um país rapidamente se espalham para outros países, muitas vezes de forma intensa e imprevisível. De acordo com Vidal (2011, p.18) quando algum país entra em momento econômico crítico, influencia

todos os países com os quais possui alguma relação, seja de investimento, dependência comercial, credores, além de países vistos internacionalmente como similares em risco.

Antes de analisarmos os efeitos das crises financeiras na Previdência Social do Brasil, iremos apresentar informações relevantes sobre as crises que ocorreram de 1990 a 2011, tais como suas origens, fundamentos econômicos envolvidos, soluções, contágio entre países, entre outros. As principais crises ocorridas nesse período foram a Crise do México (1994), Crise da Ásia (1997-1998), Crise da Rússia(1998), Crise Brasileira(1999), Crise Argentina (2001), Crise Brasileira (2002) e Crise do Subprime (2007-2008).

2.1 Crises financeiras internacionais

2.1.1 Crise econômica do México de 1994-1995

Ao final da década de 1980, o governo dos Estados Unidos, determinou, por meio de um acordo conjunto com agências de empréstimos internacionais e economistas conceituados, que o funcionamento da economia deveria ser entregue as leis de mercado.

O acordo ficou conhecido como Consenso de Washington e seria caracterizado pela abertura da economia através da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros, privatização de empresas estatais, redução do papel do Estado na economia, desregulamentação do mercado de trabalho dentre outras.

Essa proposta neoliberal foi insistentemente recomendada pelos Estados Unidos para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral (BATISTA, 1994).

Conforme Kessler (2001), o México, no início da década de 1990, era um modelo do Consenso de Washington. O governo havia aberto o comércio, convertido um enorme déficit fiscal em superávit, contido a inflação e privatizado quase todas as empresas estatais, incluindo o sistema bancário. O sucesso do México em alcançar a disciplina econômica proposta pelo neoliberalismo contrastou com seu baixo crescimento econômico.

O governo do presidente Gortari (1988 a 1994), trouxe a decisão de adoção de um regime de flutuação cambial denominado *crawling peg*, onde o peso

mexicano ficava atrelado ao dólar e podia sofrer ligeiras flutuações diárias. O regime utilizava fórmulas que alteravam a taxa de câmbio de acordo com certas condições, como por exemplo, o aumento da taxa de inflação.

Como a inflação mexicana aumentou bem acima da inflação americana, o impacto da *crawling peg* no peso mexicano foi uma valorização gradual e cumulativa da moeda. Com a supervalorização do peso, as importações tornaram-se mais baratas, elevando-se o déficit em conta corrente rapidamente (KESSLER, 2001).

Com a moeda supervalorizada, ocorreu um incremento nas importações, causando um aumento no desequilíbrio comercial que teve que ser coberto com entradas de capital externo cada vez maiores.

Mesmo se o México tivesse reduzido pela metade o crescimento das importações entre 1994 e 2000 e tivesse aumentado pela metade suas exportações, o déficit comercial ainda assim teria aumentado cerca de 50%, exigindo mais de US\$ 100 bilhões de capital novo para cobrir o rombo. Qualquer interrupção na entrada de capitais teria tornado insustentável a *crawling peg* (Kessler, 2001, p. 2).

Com a elevação das taxas de juros americanas pelo Banco Central dos Estados Unidos, em 1994, com intuito de se precaver de aumentos na inflação devido o crescimento do país, houve uma rápida fuga de capital no México, atrelada, ainda, as vulnerabilidades financeiras e instabilidade política daquele país.

Na segunda metade do ano, as entradas de capital externo caíram 75%. Com os investimentos em mercados maduros gerando então maiores lucros, os administradores do dinheiro global encenaram uma “fuga para a qualidade”, o que colocou o peso sobre intensa pressão. Num esforço desesperado para defender a taxa de câmbio, a administração Salinas esvaziou as reservas em moeda estrangeira, de US\$ 30 bilhões para apenas US\$ 6 bilhões no final de 1994. Só em dezembro desse ano, entre US\$ 4 bilhões e US\$ 6 bilhões deixaram o país (Kessler, 2001, p. 3).

Ao final de dezembro de 1994, o Ministério da Fazenda aumenta a banda cambial em 15,3%, causando pânico no mercado financeiro e iniciando uma corrida ao peso. Logo após foi abandonando a paridade da moeda mexicana em relação ao dólar, deixando o peso flutuar livremente. Com isso, o valor da moeda caiu para a metade do seu valor nominal, mergulhando o país em uma enorme depressão.

Segundo Kessler (2001), a desvalorização de dezembro de 1994 teve um impacto devastador na situação econômica e financeira do México. A taxa de desemprego subiu fortemente, aumentando a informalidade. Na economia formal, a

inflação e a desvalorização consumiram os salários reais. O consumo interno reduziu à metade, enquanto que a violência, a pobreza e a decadência urbana aumentavam. O sistema financeiro entrou em colapso. Os bancos aumentaram as taxas de juros de cerca de 18% para até 120%, exigindo o pagamento de muitos créditos comerciais, empurrando os comerciantes de pequeno e médio porte para o limite e desencadeando uma onda de falências.

Segundo Almeida (2001, p. 95) os efeitos da crise mexicana ocorreram mais em direção da América Latina do que em outros continentes. Porém, se pensou numa ameaça de crise generalizada, razão pela qual houve uma rápida e maciça intervenção dos EUA, garantindo um empréstimo de US\$ 48 bilhões ao México. O relativo sucesso da contenção do contágio mexicano deixou a impressão de que o problema havia sido superado no início de 1997. Porém, logo após previsões otimistas do FMI sobre o comportamento da economia mundial, os países asiáticos entraram em uma grande crise.

2.1.2 Crise financeira asiática de 1997

Conforme Canuto (2000), a crise financeira asiática foi surpreendente não apenas pelo seu alcance global, mais por ocorrer em uma região que se tornara, pouco antes, uma referência mundial em termos de crescimento econômico.

Na década de 90, a Ásia era considerada como favorita em relação ao capital estrangeiro. Essa preferência era determinada pelas altas taxas de poupança que garantiam segurança aos governos, os governos apresentavam uma posição fiscal relativamente forte, as moedas eram ancoradas ao dólar e acreditava-se que os países asiáticos estavam protegidos contra as crises financeiras.

Vidal (2011, p. 31) afirma que uma das vantagens iniciais dos países asiáticos (atrelagem das taxas de câmbio asiáticas ao dólar dos Estados Unidos) acabou se tornado sua maior debilidade, pois havia uma grande desproporcionalidade existente entre o endividamento em dólar e em moeda local, o que tornava a região vulnerável a crises de confiança referentes à sustentabilidade do valor da moeda.

As crises das economias asiáticas apresentaram características bem semelhantes, a saber: grande desvalorização de suas moedas em relação ao dólar e declínio considerável nos preços de ativos em seus mercados acionários. O

resultado foi substanciais saídas de capital, reduzindo as reservas externas dos países asiáticos. Assim, quando o dólar começou a se valorizar em relação à moeda japonesa, o sistema bancário asiático se mostrou insuficiente.

Após o período de crescimento econômico acelerado, os países asiáticos enfrentaram um processo de fuga de capitais e deflação de ativos financeiros, assolando a região com uma crise de confiança (VIDAL, 2011). A alavancagem financeira, que anteriormente impulsionou o crescimento econômico daqueles países, findou num excesso de endividamento de curto prazo e desvalorização cambial. As moedas nacionais despencaram em relação ao dólar, com exceção de Hong Kong que evitou a alto custo a desvalorização cambial (CANUTO, 2000).

O marco da crise asiática foi o anúncio de que o banco da Tailândia não possuía reservas capazes de manter a paridade cambial, anúncio realizado em 2 de julho de 1997. Deste forma, a moeda tailandesa passaria a flutuar, o que ocasionou uma desvalorização de 15%. Após esse acontecimento, em menos de dois meses, a Malásia, a Indonésia e a Filipinas também sofreram depreciações em suas moedas.

A crise se aprofundou ainda mais após a aprovação de pacotes emergenciais do FMI à Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul (CANUTO, 2000, p. 27). Segundo o autor, as moedas da Indonésia, Tailândia, Coreia, Malásia e Filipinas, tiveram uma depreciação frente ao dólar, no período de junho a dezembro de 1997, de 140%, 80%, 80%, 50% e 50% respectivamente.

Canuto (2000, p. 28) expressa a seriedade da crise financeira na situação econômica desses países da seguinte forma:

A crise financeira traduziu-se em crise econômica, conforme expresso no declínio dos PIB's. O PIB tailandês, depois de atingir um pico em meados de 1997, diminuiu em mais de 10%, até alcançar um piso na segunda metade do ano seguinte. Na Malásia, a queda do produto foi também próxima de 10% entre os terceiros trimestres de 1997 e 1998. As Filipinas enfrentaram uma redução mais modesta, de 3%, enquanto a Coreia, a última grande economia asiática a entrar na crise, teve seu PIB reduzido em 8% entre o final de 1997 e a primeira metade de 1998. A Indonésia foi a mais intensamente afetada, com um declínio acima de 15% no PIB do período.

Nesse período, o PIB da região asiática sofreu perdas de aproximadamente 11%. O fluxo de capital entre 1996 e 1997 passou de um ingresso de US\$ 93 bilhões para uma saída de US\$ 12 bilhões. Essa situação de recessão nas economias emergentes asiáticas se afronta com o cenário anterior de

crescimento econômico acelerado, onde as possibilidades de ganhos eram sempre altas.

Segundo Canuto (2000, p. 27), todas as economias emergentes da região sofreram impactos na suas bolsas de valores, inclusive as que contornaram a crise cambial. Ao final de 1997 os preços das ações caíram pela metade nos cinco países em crise.

Já no Brasil, a bolsa de valores de São Paulo acionou pela primeira vez o *circuit breaker*, mecanismo que protege contra movimentos bruscos de mercado. A crise da Ásia colaborou para o acontecimento das crises da Rússia (1998) e do Brasil (1999).

2.1.3 Moratória russa de 1998

No caso da Rússia, por passar por um processo de transição econômica no início da década de 90, buscando reformas mais próximas do capitalismo, o país passou por muitas modificações estruturais e conjunturais que culminou em uma crise financeira que iria influenciar todos os mercados emergentes.

De acordo com Pinto, Vilela e Lima (2005, p. 3), a partir de 1990 a Rússia passou por um processo de liberalização comercial. No entanto, houve uma incapacidade do governo em definir e implementar os direitos de propriedade naquele país, o que não garantia o cumprimento de contratos comerciais, causando um enorme desinteresse de investidores externos.

O Governo até tentou uma alternativa de dar ações de empresas, antes estatais mas agora de iniciativa privada, a seus empregados a fim de que os mesmo vendessem para agentes fora do país, o que não ocorreu. Os investimentos externos não chegaram a 1% do PIB em 1996.

Pinto, Vilela e Lima (2005, p. 3-4) relatam que ainda existia um conflito interno entre o governo federal e os governos regionais, resultado da herança da antiga união soviética, pois estes não repassavam parte das receitas tributárias que eram de direito daqueles.

Essa disputa enfraquecia a economia do país, pois para financiar o déficit fiscal, o governo teve que criar um mercado de títulos de curto prazo. O problema era que, como o Banco Central Russo não tinha capital para pagar os rendimentos

desses títulos, o governo acabava criando mais títulos para financiar essas rentabilidades.

Como o risco de inadimplência dos títulos emitidos pelo governo russo era grande, a saída encontrada pelo estado para fazer com que os investidores comprassem esses títulos foi aumentar as taxas de retorno dos mesmos.

Os baixos preços das *commodities* agravaram ainda mais a crise na Rússia diminuindo o valor proveniente de exportações apesar do aumento da quantidade exportada. Como consequência, a moeda russa se desvalorizou mais de 50%, o câmbio passou a flutuar e o governo declarou moratória de 90 dias do pagamento da dívida externa de empresas privadas, cerca de US\$ 40 bilhões.

Em seguida veio outro calote, só que desta vez da dívida interna, “quando US\$ 32 bilhões em títulos, com vencimento até 1999, foram trocados por títulos em rublo, sem correção monetária, com vencimento para dali a cinco anos” (VIDAL, 2001, p. 34). Para o autor essa situação era extremamente desvantajosa, pois o rublo havia desvalorizado 75% frente ao dólar.

A consequência da crise financeira russa para os países emergentes foi o temor, por parte dos investidores internacionais, de os países emergentes, que estavam altamente endividados, repetissem as ações do governo russo. Esse medo fez com que houvesse uma fuga intensa do capital estrangeiro desses países.

No Brasil, a fuga de capital fez com que o governo abandonasse o sistema de câmbio vigente, pois, sem o capital estrangeiro, ficava difícil manter a paridade cambial. “Esses acontecimentos levaram à queda de 63% no Ibovespa, Índice da Bolsa de Valores de São Paulo” (VIDAL, 2001 *apud* BROTTTO, 2003).

2.1.4 Crise da Argentina de 2001

Em 2001 e 2002, a Argentina sofreu demasiadamente com uma instabilidade em seus mercados financeiros. Nesse período o país passou por uma crise de âmbito social, econômico, político e institucional.

Segundo Fernandes (2003, p. 1), o declínio econômico iniciou-se a partir de 1999 motivado por vários fatores internos e externos. Os elevados níveis de desemprego e o desequilíbrio fiscal, associados aos choques externos causados pela crise da Rússia em 1998 e a desvalorização do real em 1999, que causaram

uma enorme crise de confiança nos mercados financeiros internacionais, contribuíram para esse declínio.

Devido aos altos níveis de inflação no início dos anos de 1990, que prejudicavam a indústria interna da Argentina no comércio internacional, o governo, através do ministro da economia, Domingo Cavallo, “criou o plano Cavallo, o qual fixava a convertibilidade do peso a um dólar (US\$ 1), zerando assim a inflação” (VIDAL, 2001 *apud* CUCOLO, 2005).

O plano Cavallo fez com que o país crescesse financiado por dívidas externas, a qual se elevou, em dezembro de 2001, ao valor de US\$ 132 bilhões. O pagamento da dívida externa ficou ainda mais difícil devido a dificuldade em manter a convertibilidade peso-dólar, o que levou o então presidente Rodriguez Saá a decretar moratória da dívida.

Segundo Valle-Flor (2005, p. 62) “a crise econômica e social que culminou em dezembro de 2001 constituiu o mais profundo colapso da história da Argentina”.

2.1.5 Crise do subprime (EUA-2008)

A interdependência dos mercados mundiais pode criar um caos, muitas vezes devastador em economias que dependem quase que exclusivamente dos investimentos e forças internacionais. A crise do subprime, também, conhecida como crise imobiliária dos EUA, gerou um ambiente de instabilidade na estrutura macroeconômica do Brasil como de inúmeros países, que na sua grande maioria não sabiam nem porque estavam sendo afetados.

De acordo com Cezar (2008) após os atentados terroristas de 2001 ao *World Trade Center*, os EUA quase vivenciou uma crise econômica onde o consumo foi reduzido drasticamente. Devido à iminência de crise, o então presidente George W. Bush iniciou uma tentativa de resgatar a ordem econômica dos norte-americanos incentivando os cidadãos a saírem para as compras. O FED (Federal Reserve) reduziu a taxa básica de juro, fazendo com que ocorresse uma abertura de crédito imobiliário, inclusive para as pessoas que se enquadravam no *subprime* (clientes que não têm uma renda comprovada e possuem um histórico de inadimplência). Essas pessoas, por apresentarem alto risco para as instituições financeiras, pagavam juros bem maiores, em torno de 12%.

Após a retomada do crescimento norte-americano, o governo sentiu-se à vontade em elevar a taxa de juros. Assim, quem tinha adquirido seus imóveis, ou utilizado as vantagens anteriormente concedidas, viram suas dívidas praticamente duplicarem de valor. Como consequência a tudo isso veio a inadimplência, o que gerou a chamada "bolha imobiliária" que veio a explodir em meados de 2007.

Para Cezar (2008) a “bolha criada pela inadimplência cria um enroscado contábil nas contas das várias instituições financeiras e corretoras de investimentos que veem com a deflagração da crise, os saques de seus investidores”. Com o intuito de conter a crise os americanos criaram pacotes econômicos na tentativa de conter o fenômeno imobiliário.

Segundo Dantas e Barbieri (2011), Brasil lançou um pacote de medidas econômicas a fim de enfrentar as turbulências internacionais. Esse pacote de medidas adotado pelo Brasil tinha o intuito de estimular o crédito no sistema financeiro nacional e garantir liquidez. Esse pacote lançado pelo governo incluía:

- a) Redução dos compulsórios recolhidos ao Banco Central;
- b) Ampliação do crédito para vários setores como o de exportação, agricultura, construção civil/habitação, indústria automobilística e outros por instituições financeiras oficiais federais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Em especial, houve recursos adicionais para o BNDES no valor de R\$ 100 bilhões para os anos de 2009 e 2010, por meio do caixa do governo, de captações feitas no exterior pelo Tesouro Nacional e pela capitalização do banco. Foram priorizados investimentos nas áreas de gás e energia, bens de capital e infraestrutura, entre outros setores. Também garantiram os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e da Petrobras;
- c) Mudanças na regulamentação do sistema financeiro em caráter preventivo, como a permissão para o Banco Central para comprar carteiras de crédito de bancos em dificuldades no Brasil, bem como outras instituições financeiras oficiais federais como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil também foram autorizadas a adquirir participações em instituições financeiras no país sem passar por um processo de licitação;

- d) Leilões de moeda estrangeira feitas pelo Banco Central no mercado de câmbio e outras medidas para garantir a liquidez no referido mercado e evitar, dessa forma, uma desvalorização muito acentuada do Real frente ao Dólar, embora tenha ocorrido alguma;
- e) Estabelecimento de uma linha de swap (troca) de Dólares americanos por Reais no valor de US\$ 30 bilhões, no final de outubro de 2008, pelo Banco Central do Brasil e pelo Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos);
- f) Ampliação das alternativas de aplicação das reservas internacionais do Brasil pelo Conselho Monetário Nacional, ficando o Banco Central autorizado a disponibilizar parte desse dinheiro, por meio dos bancos, para as empresas brasileiras que precisaram rolar financiamentos feitos no exterior;
- g) Liberação de R\$ 5,4 bilhões, também em caráter preventivo, a bancos pequenos para operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, por meio de liberação de recursos do Fundo Garantidor de Crédito – FGC;
- h) Continuação do processo de redução da taxa básica de juros (SELIC) de 13,75% ao ano, em dezembro de 2008, para 8,75% ao ano em julho de 2009.

Adicionalmente, medidas foram tomadas para estimular o consumo interno e capitalizar as empresas, com objetivo de conter o desemprego, gerar renda e estimular demanda, amenizando, assim, o impacto da crise na economia do país.

Pode-se citar como medidas: a redução do IPI para veículos automotores, produtos básicos da construção civil, material escolar e eletrodomésticos; o adiamento do prazo de recolhimento de impostos federais; a redução das alíquotas de imposto de renda e do imposto sobre operações financeiras sobre as pessoas físicas; a expansão do prazo de pagamento do seguro-desemprego; o aumento de investimentos públicos por meio do PAC.

O Brasil, devido a uma moeda segura e estável, e a um valor confortável de reservas internacionais em dólares, permaneceu em uma situação mais confortável, o que não impediu de que a economia sofresse, apesar de suave, com os impactos gerados pela crise do *subprime*.

2.2 Crises financeiras nacionais

2.2.1 Crise brasileira de 1999

Na década de 90 o Brasil chegou a passar por um bom momento de estabilidade econômica gerada pelo Plano Real que reduziu a inflação de dois dígitos mensais para dois anuais. Mesmo com o sucesso das políticas econômicas deflacionistas, o aumento de taxa de juros, a redução do investimento estatal dentre outras, a estabilização também trouxe outros problemas macroeconômicos.

Vidal (2001) contextualiza algumas consequências econômicas do Plano Real da seguinte forma:

Para a manutenção do câmbio semi-fixo e das altas taxas de juros, o governo possuía duas alternativas: dívida externa ou privatizações. Foram feitos cortes nas despesas públicas e aumentou-se a carga tributária. Essas medidas levaram a um superávit primário, aumento da dívida externa e pública, concentração de renda, aumento da pobreza, redução dos gastos sociais do governo e, conseqüentemente, crise social e política.

O aumento da dívida pública, aumento do desemprego e o déficit em conta corrente acabaram contribuindo para o rompimento do regime cambial semi-fixo em janeiro de 1999, levando o Brasil a um colapso no sistema cambial (MURTA; BRASIL; SAMOHYL, 2003).

A crise do México (1994), da região asiática (1997) e, principalmente, da Rússia (1998) também são considerados fatores importantes que ajudaram no desencadeamento da crise brasileira.

A moratória das dívidas externas e internas do governo russo gerou uma crise de confiança nos investidores acerca da credibilidade dos países emergentes. Essa desconfiança ocasionou uma fuga significativa de capitais na economia brasileira, o que “acabou minando a capacidade do governo de sustentar o regime cambial prevalecente, levando à crise em janeiro de 1999” (MURTA; BRASIL; SAMOHYL, 2003, p. 5).

Segundo Averbug e Giambiagi (2000, p. 14), na primeira semana de agosto, após a liquidação da primeira parcela da Telebrás, as reservas internacionais do Brasil havia chegado a aproximadamente US\$ 75 bilhões. No final do mês de setembro do mesmo ano, mês que ficou conhecido como “setembro

negro”, devido às fugas em massa de capital, o país perdeu mais de US\$ 30 bilhões em reservas internacionais.

Após a crise brasileira de 1999, com a desvalorização da moeda brasileira, “houve um superávit entre as transações comerciais com a Argentina, agravando a situação de suas contas externas e aumentando a pressão para sua desvalorização cambial.” (VIDAL, 2001, p. 36). Depois veio a estiagem de chuvas em 2000 e 2001. A falta de chuvas, atrelado a falta de investimentos do governo em infraestrutura energética ocasionou o episódio conhecido como Apagão Elétrico de 2001. Esse episódio aumentou, ainda mais, tensão entre Brasil e Argentina.

2.2.2 Crise brasileira de 2002

O ano de 2002 foi um ano de turbulências para o mercado financeiro brasileiro devido a crise de marcação a mercado ocorrido no início daquele ano. O medo dos investidores em relação a possível eleição de um presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) também contribuiu para o cenário em questão.

Segundo Brotto (2003), os investidores estrangeiros estavam inseguros com os possíveis resultados da política econômica que seria adotada pelo novo governo. Vidal (2001, p. 40) afirma que essa insegurança gerou “aumento do risco Brasil de 1.277 pontos, valorização do dólar para quatro reais (R\$ 4,00) e queda do IBOVESPA de 65% entre janeiro e outubro de 2002”.

Para Serrão (2005, p. 51), o estopim para a crise brasileira em 2002 não foi o episódio da eleição brasileira, mas sim a “Crise da Marcação a Mercado”, pois o mesmo candidato do PT havia concorrido na eleição anterior ficando na frente nas intenções de voto e não ocorreram turbulências. A “Crise da Marcação a Mercado” ocorreu no final de 2001 e início de 2002 quando os títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional e Banco Central foram desvalorizados.

Segundo Serrão (2005, p. 49) “os princípios de gestão fiduciária de recursos financeiros pregam que os ativos dos fundos mútuos de investimentos devem ser corretamente marcados a mercado”, ou seja, os fundos de investimentos eram orientados a registrar em seu patrimônio líquido o valor de mercado dos títulos que possuíam. No entanto, com a desvalorização dos títulos públicos federais, era de conhecimento do Banco Central que vários administradores de fundos de

investimentos não seguiam esses princípios, registrando os títulos públicos na contabilidade dos fundos com um valor a maior do que o que realmente valiam.

Em 29 de maio de 2002, o governo, por meio de uma circular do Banco Central e da instrução nº 365 da Comissão de Valores Mobiliários, exigiu que os títulos de valores mobiliários constantes das carteiras dos fundos deveriam ser marcados a mercado até 31 de maio de 2002.

Serrão (2005, p. 49-50) afirma que essa medida fez com que ocorresse uma verdadeira onda de vendas de títulos públicos, pois com a marcação a mercado dos títulos, foram reveladas as perdas expressivas que os cotistas dos fundos de investimentos estavam incorrendo. Com isso, os investidores, ao perceber seus prejuízos oriundos da má gestão dos recursos administrados pelos fundos, resgatavam os valores restantes, o que obrigava os administradores a vender mais títulos para honrar os resgates solicitados pelos cotistas.

Outro fator que colaborou para o desencadeamento da crise brasileira em 2002 foi a dúvida que surgiu entre os investidores sobre a sustentabilidade da dívida brasileira. Essa desconfiança por parte dos investidores se deu por que parte das dívidas externa e interna era indexada ao dólar e o câmbio era flutuante.

Com isso, a depreciação da moeda local e a fuga de capital do país geraram um aumento significativo na relação dívida/PIB. Isso fez com que os investidores passassem a se desfazer dos ativos brasileiros que possuíam (VIDAL, 2011, p. 43).

3 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Neste capítulo, versa-se sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro ao longo do período de 1990 a 2010 com o intuito de verificar o impacto das crises financeiras internacionais no mercado de trabalho e entender melhor os impactos dessas crises na Previdência Social.

Segundo Cardoso Jr. (2007), o mercado de trabalho está diretamente influenciado pelo cenário macroeconômico mais geral, que, em grande parte, reflete o comportamento ditado pelas políticas públicas do período. Portanto, com o objetivo de analisar a evolução do mercado de trabalho nos anos de 1990 a 2010, traça-se brevemente a evolução do cenário macroeconômico do Brasil nesse período.

Em linhas gerais, comprova-se uma diferença importante de comportamento do emprego formal (com Carteira assinada) entre dois períodos distintos, 1991/2000 e 2001/2010. Para Cardoso Jr. (2007, p. 7), essa diferença gera implicações relevantes tanto para a retomada de um possível movimento de reestruturação e melhor ordenamento do mercado de trabalho nacional como para uma trajetória potencialmente benéfica de melhoria dos indicadores de desempenho financeiro da Previdência Social.

O Brasil, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, iniciou o processo de redemocratização, com eleições diretas para Presidente da República. Com o primeiro presidente eleito pelo povo, após o período da ditadura, o país conviveu com a instabilidade econômica e por sucessivos aumentos de inflação.

No período de 1990 a 1999, o cenário macroeconômico do Brasil foi marcado também pela execução do plano Real (controlando o processo inflacionário e causando sobrevalorização cambial), diferencial positivo e elevado entre as taxas de juros domésticas e internacionais, deterioração das principais variáveis do mercado de trabalho nacional, aumento nos níveis absolutos e relativos de desemprego e piora nos níveis reais médios de renda do trabalho e a sua distribuição.

Nesse período ocorreram crises internacionais associadas à expansão dos mercados financeiros e capitais especulativos, com quebras bancárias e pânico financeiro no México, dando início a quebras em série em países da Ásia e na Rússia, que declarou moratória da dívida externa de empresas privadas e abalou bolsas de valores no mundo todo. Em seguida veio a crise da desvalorização do

Real em 1999 quando o Banco Central abandonou o regime de câmbio fixo, passando a operar em regime de câmbio flutuante.

Entre a desvalorização cambial de 1999 e 2010, a economia brasileira operou num contexto de comércio internacional favorável, combinada com reduções nos patamares de juros internos, com uma importante expansão das várias modalidades de crédito, estímulo ao consumo, investimento e capitalização das empresas, aumentos do salário mínimo à frente da inflação, aumento dos investimentos públicos e expansão das políticas sociais, o que permitiu uma inversão das tendências anteriores para as principais variáveis do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego, o grau de informalidade das relações de trabalho e o grau de desproteção previdenciária apresentaram uma diminuição, enquanto que o nível de remunerações começou a subir, o que contribuiu para prolongar o processo de redução das desigualdades de renda em bases mais virtuosas.

3.1 Evolução da composição do emprego formal, da taxa de ocupação e da taxa de desocupação da força de trabalho

A tabela 1 mostra a evolução do número de empregos formais de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

Tabela 1 – Número de empregos formais no Brasil em 31 de dezembro

Ano	N.º Empregos	Varição Absoluta	Varição Relativa
1990	23.198.656	-	-
1991	23.010.793	-187.863	-0,81%
1992	22.272.843	-737.950	-3,21%
1993	23.165.027	892.184	4,01%
1994	23.667.241	502.214	2,17%
1995	23.755.736	88.495	0,37%
1996	23.830.312	74.576	0,31%
1997	24.104.428	274.116	1,15%
1998	24.491.635	387.207	1,61%
1999	24.993.265	501.630	2,05%

Ano	N.º Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa
2000	26.228.629	1.235.364	4,94%
2001	27.189.614	960.985	3,66%
2002	28.683.913	1.494.299	5,50%
2003	29.544.927	861.014	3,00%
2004	31.407.576	1.862.649	6,30%
2005	33.238.617	1.831.041	5,83%
2006	35.155.249	1.916.632	5,77%
2007	37.607.430	2.452.181	6,98%
2008	39.441.566	1.834.136	4,88%
2009	41.207.546	1.765.980	4,48%
2010	44.068.355	2.860.809	6,94%

Fonte: RAIS/MET

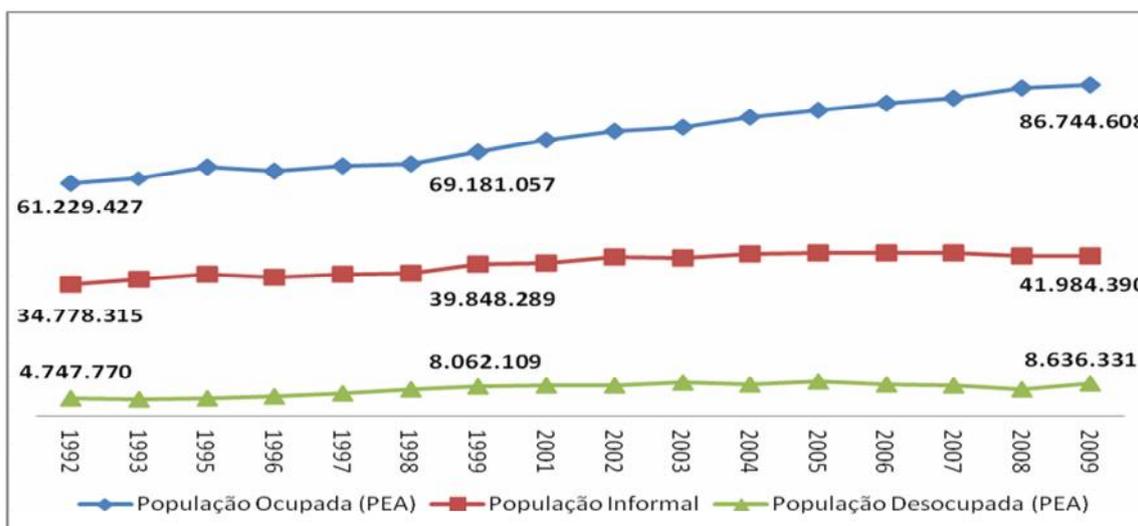
Inicialmente, como se pode verificar na tabela 1, o primeiro triênio apresentou uma variação negativa na quantidade de empregos formais, que só a partir de 1993 se inverte a tendência de queda. No período de 1991 a 2000, o Brasil apresentou um baixo incremento no número de empregos formais, aproximadamente 3,22 milhões de empregos, que corresponde a um acréscimo de apenas 13,06% num período de 10 anos e um incremento médio anual de 302,99 mil empregos formais. Esse baixo incremento, muito provavelmente, foi causado pelas crises internacionais que ocorreram nesse período que impactaram a economia do Brasil.

No período de 2001 a 2010, embalado com o crescimento do comércio exterior, verifica-se que o país apresentou um acréscimo bem mais significativo no número de empregos formais, 16,878 milhões de empregos, o que representa um crescimento de 62,08% no período, apresentando um incremento médio anual de 1,783 milhões de empregos. Percebe-se que, após a crise norte-americana de 2007, tem-se uma desaceleração do crescimento do emprego formal, que logo se recupera a partir de 2010. Essa desaceleração não foi mais intensa devido às medidas adotadas pelo governo brasileiro para abafar a crise.

O gráfico 1 mostra a evolução do número de pessoas ocupadas (que são os trabalhadores protegidos, empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria, trabalhadores não remunerados e empregadores), a evolução do número de pessoas desocupadas (número de pessoas que procuraram, mas não encontraram

ocupação profissional remunerada) e do número de pessoas ocupadas que estão na informalidade, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Gráfico 1 – Evolução da população ocupada, população desocupada e da população ocupada em situação informal



Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Como se pode verificar no gráfico 1, no período de 1991 a 1999, o número de pessoas ocupadas aumentou 12,99%, quantificando um aumento de 7,95 milhões de pessoas, saindo de 61,22 milhões para 69,18 milhões. Já para o período de 1999 a 2009, a quantidade de ocupados aumentou em proporções ainda maiores, partindo dos 69,18 milhões para 86,74 milhões de pessoas ocupadas, representando uma variação de 25,39% em relação a 1999 e 41,67% em relação a 1991, um aumento quase duas vezes e meia a mais em termos absolutos.

Com relação a população desocupada, no primeiro período, o número de pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada, quase dobrou, partindo de 4,75 milhões de pessoas desocupadas para 8,06 milhões, um aumento de 69,81%. Para o segundo período, o tamanho da população desocupada, em comparação com o primeiro período, quase não se alterou, apresentado um aumento de apenas 7,12%, o que representa aproximadamente 574 mil pessoas.

3.2 Evolução do grau de informalidade na população ocupada e cobertura previdenciária

A tabela 2 mostra o grau de informalidade segundo uma das três diferentes definições oferecidas no Ipeadata com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira assinada + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira assinada + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores).

Tabela 2 – Grau de informalidade

Data	Grau de Informalidade	Variação Relativa
1992	56,80%	-
1993	57,50%	1,23%
1995	57,20%	-
1996	56,70%	-0,87%
1997	56,70%	0,00%
1998	56,90%	0,35%
1999	57,60%	1,23%
2001	55,70%	-
2002	55,80%	0,18%
2003	54,80%	-1,79%
2004	54,10%	-1,28%
2005	53,30%	-1,48%
2006	52,00%	-2,44%
2007	51,10%	-1,73%
2008	48,90%	-4,31%
2009	48,40%	-1,02%

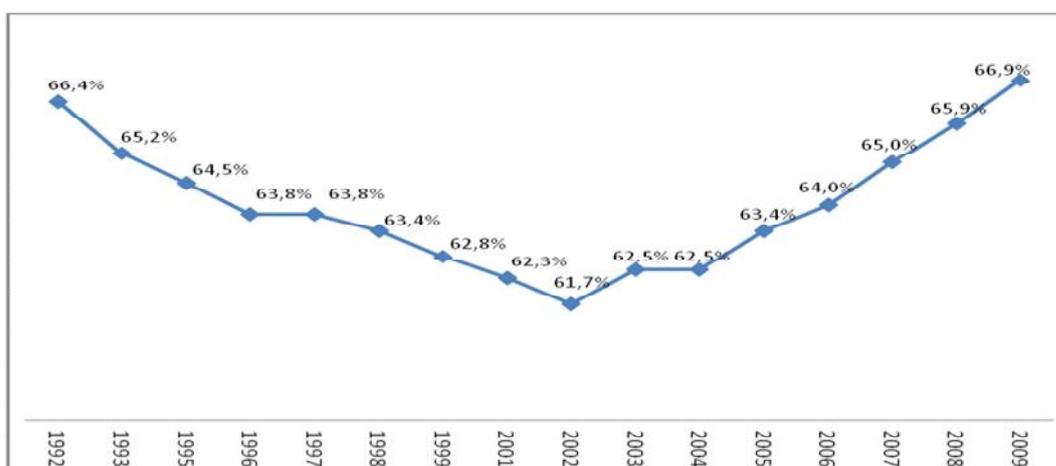
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Percebe-se que de 1992 a 1999 houve um aumento de 0,8 pontos percentuais (variação de 1,41%) no grau de informalidade do emprego, passando de 56,80% em 1992 para 57,60% em 1999. Como pode ser visto no gráfico 1, temos

que o tamanho da população ocupada nesse período aumentou em proporções bem maiores (12,99% de 1991 a 1999) que a população informal. Como a população ocupada é o denominador do grau de informalidade, podemos concluir que o número de pessoas na informalidade aumentou em proporções ainda maiores que o índice de informalidade, saindo de 34,78 milhões de pessoas em 1992 para 39,85 milhões em 1999, atingindo um percentual de aumento de 14,58% no número de trabalhadores informais. No período de 2001 a 2009 essa tendência de aumento do grau de informalidade se inverte, apresentando uma redução de 9,2 pontos percentuais no período.

O gráfico 2 mostra a evolução da taxa de cobertura previdenciária brasileira das pessoas com idade entre 16 e 59 anos de idade, independente de critério de renda, sem a área rural da Região Norte, exceto Tocantins.

Gráfico 2 – Evolução da Cobertura Social



Fonte:PNAD/IBGE (Vários anos)

A partir de 1991, entraram em vigor as novas regras previdenciárias da Constituição de 1988, viabilizando algumas conquistas em relação a direitos sociais, como o surgimento do segurado especial do regime de economia familiar rural. Com essas novas inserções na Previdência Social a cobertura previdenciária elevou-se para mais de 60% da população economicamente ativa em 1991. Concomitante a esse fato, iniciou-se nesse período uma atenuação significativa do movimento de desfiliação previdenciária urbana, que gerou um declínio significativo na cobertura social do país.

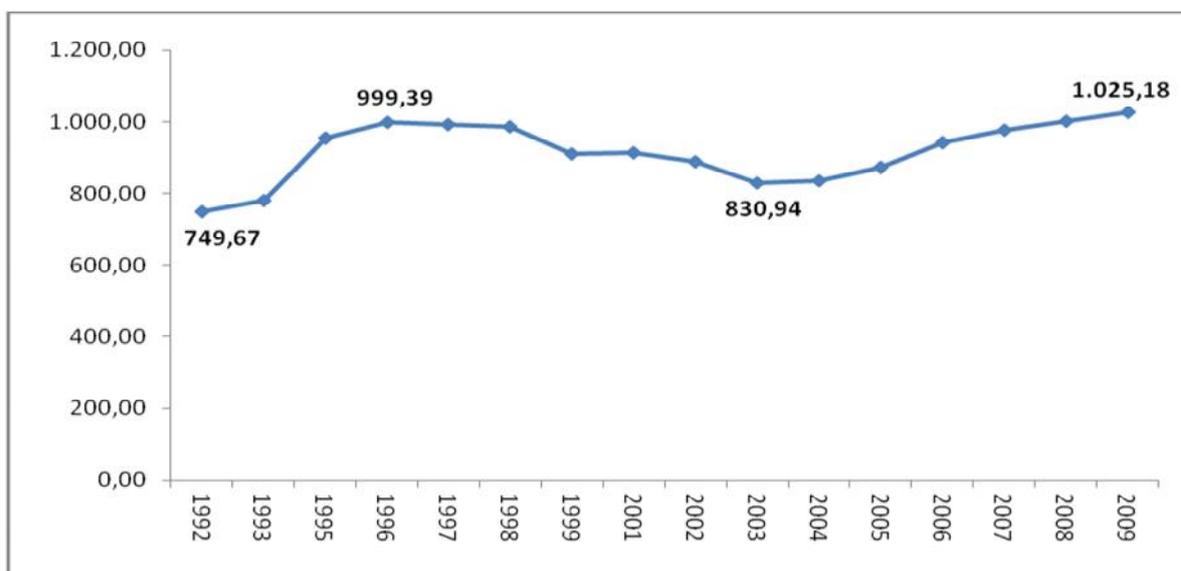
Nota-se, a partir da análise do gráfico 2, que a cobertura social apresentava um índice de 66,4% de pessoas protegidas em 1992. A partir desse ano o índice de cobertura previdenciária começou a cair chegando a 61,7% em 2002, representado uma queda de 4,7 pontos percentuais (redução de 5,42%).

Já no período de 2003 a 2009, os percentuais registrados de pessoas protegidas reverteram a tendência anterior chegando em 2009 a uma taxa de 66,9% de pessoas protegidas, um aumento de 5,2 pontos percentuais em relação a 2002 (aumento de 8,43%), quando foi registrado o menor índice em duas décadas.

3.3 Evolução e distribuição dos rendimentos do trabalho

O gráfico 3 apresenta a média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos em dinheiro recebidos no trabalho principal no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Gráfico 3 – Evolução do rendimento médio mensal recebido no trabalho principal. Valores em R\$ de outubro de 2009



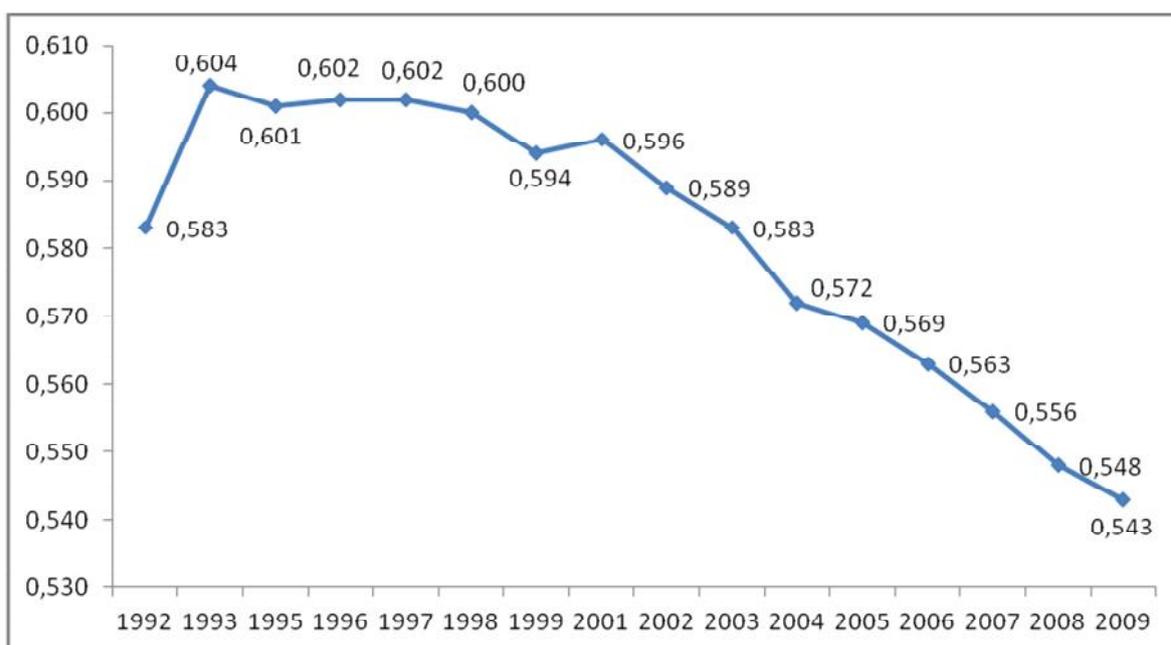
Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

No que diz respeito à evolução dos rendimentos do trabalho, o gráfico 3 mostra, que no período de 1992 a 2009, tem-se 3 momentos distintos, são eles: a) entre 1992 e 1996, os rendimentos apresentaram uma elevação de 33,31%, atingindo um patamar de R\$ 999,39 em 1996; b) entre 1996 e 2003, inverte-se a

tendência anterior, onde o Brasil passou por perdas sucessivas do poder de compra relativo ao rendimento de trabalho da população ocupada, sofrendo queda de 16,86% no período; e c) entre 2003 e 2009, após estancamento da queda, esboça-se uma grande recuperação dos rendimentos médios reais estendendo-se até 2009, recompondo o poder aquisitivo relativo ao ano de 1996.

Para avaliar a distribuição dos rendimentos pessoais do trabalho, analisa-se a evolução do Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Esse índice assume valores entre 0 e 1, onde 0 significa que não há desigualdade (todos tem a mesma renda), e 1 corresponde a completa desigualdade de renda (apenas uma pessoa detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Gráfico 4 – Evolução do índice de Gini referente a distribuição da renda domiciliar per capita



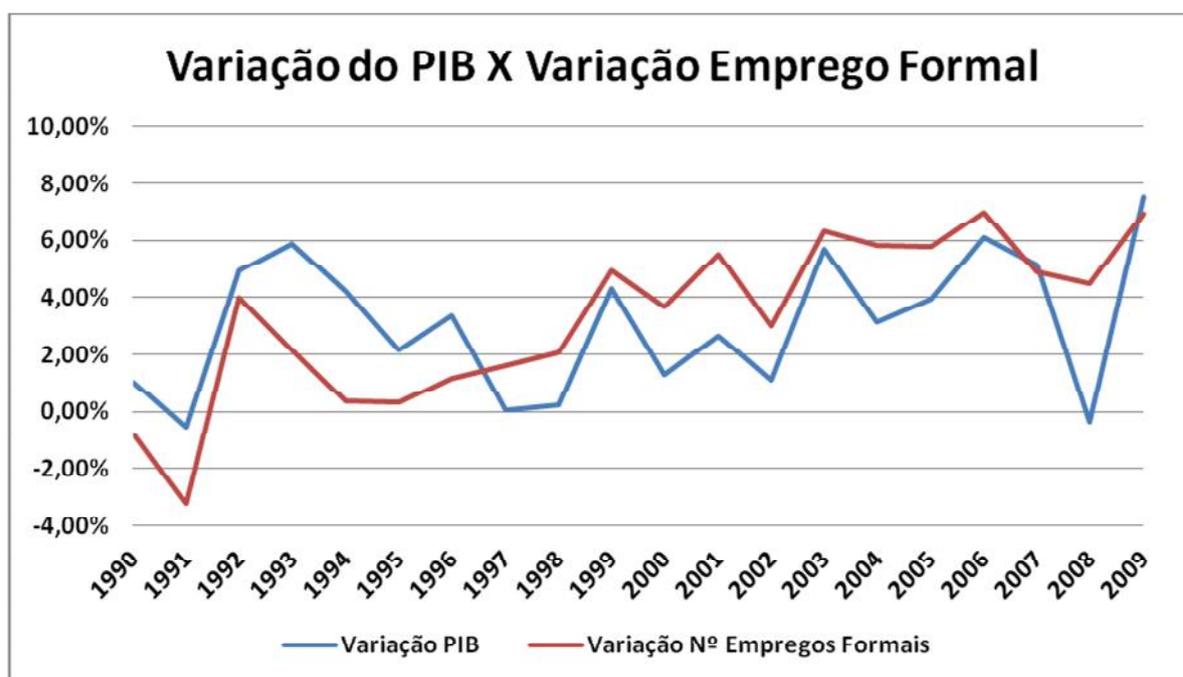
Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Percebe-se, no gráfico 4, um aumento significativo no coeficiente de Gini de 1992 para 1993. A partir desse ano, nota-se um movimento de queda quase contínuo desse índice, evidenciando uma diminuição na concentração de renda durante o restante do período. Apesar disso, o coeficiente se encontra em patamar ainda bastante elevado e caminha para baixo em ritmo muito lento, variando em média 0,47% ao ano.

3.4 Relação PIB X Mercado de Trabalho X Previdência Social

Segundo Delgado (2007, p.3), a estruturação e o crescimento do mercado de trabalho estão relacionados diretamente com a Previdência Social. O autor também afirma que existe uma macrorrelação direta entre o Produto Interno Bruto (PIB), a partir de certo patamar, com a formalização de contratos previdenciários de empregados e de outros vínculos contributivos, e que ocorre uma alta correlação positiva entre essas duas variáveis. Para reforçar essa afirmação, podemos visualizar a comparação entre a variação relativa do emprego formal e a variação da taxa de crescimento do PIB no gráfico 1.

Gráfico 5 – Comparação entre a variação relativa anual do PIB com a variação relativa do número de empregos formais em 31/12



Fonte: elaboração do autor a partir das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Como se pode perceber através do gráfico 5, e com reforço do coeficiente de correlação de Pearson calculado entre as duas variáveis no período de 1991 a 2010, que retornou 0,64, percebe-se que existe uma correlação positiva muito forte entre a variação do Produto Interno Bruto e a variação no número de empregos formais. Isso significa que a variação anual do PIB explica muito bem a variação anual no emprego formal.

Como a formalização de contratos previdenciários está ligada diretamente com o emprego formal, tem-se como consequência dessa relação, que a formalização de contratos previdenciários de empregados e de outros vínculos contributivos também está vinculada a variação do PIB do país.

Essa informação é importante, pois sabemos que as crises financeiras internacionais acabam impactando de alguma maneira o PIB brasileiro, o que, por sua vez, terminará afetando também a previdência social. A próxima seção tratará da previdência social no Brasil com o intuito de verificar os impactos dessas crises financeiras.

4 A PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL DE 1990 A 2011

Antes de analisar os impactos das crises financeiras internacionais na Previdência Social do Brasil é necessário conhecer as formas de custeio desse sistema, a fim de obter uma visão mais clara do impacto das crises.

4.1 Financiamento da Previdência Social

Existem dois tipos de modelos de custeio dos sistemas previdenciários que são baseados na forma de arrecadação: o contributivo e o não contributivo. Nesse, os participantes não são obrigados a contribuir para o sistema previdenciário, cabendo a arrecadação tributária geral manter esse sistema. Assim, toda a sociedade contribui para o financiamento da previdência social por meio do pagamento de tributos.

No sistema contributivo, a lei define as pessoas que são obrigadas a contribuir. “Essas pessoas podem ser os potenciais beneficiários do regime, seus segurados, ou outras pessoas que a lei definir” (VAZ, 2009, p. 6). Como o sistema previdenciário brasileiro se caracteriza como contributivo, daremos enfoque a esse método de custeio.

Quanto à forma de utilização dos recursos, nas previdências contributivas existem os sistemas de repartição simples e capitalização. No sistema de repartição simples, a atual geração de trabalhadores contribui para pagar os benefícios dos atuais inativos. Apenas um fundo único é destinado para todas as contribuições previdenciárias e desse fundo partem os recursos para pagar os benefícios dos inativos.

Já no sistema de capitalização, o trabalhador contribui para a criação de seu próprio fundo individual, onde acumulará ativos financeiros durante seu período laboral, e receberá o produto de suas aplicações quando entra na inatividade. No Brasil, o sistema de capitalização é adotado pelos planos de previdência privada, fundos de pensão e entidades fechadas de previdência. O sistema de repartição simples é aplicado na previdência social brasileira.

O sistema de previdência administrado pelo governo brasileiro comporta dois regimes básicos, a saber: o Regime de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). O primeiro

protege a grande massa de trabalhadores brasileiros e os RPPS's são responsáveis pela proteção dos servidores que ocupam cargos públicos efetivos e militares.

Segundo Ibrahim (2012), a Previdência Social é tradicionalmente definida com um seguro coletivo, contributivo, de filiação obrigatória para os regimes básicos e de organização estatal, que tem por objetivo amparar seus beneficiários contra os riscos sociais (doença, invalidez, morte, idade avançada etc).

A Previdência Social no Brasil faz parte da chamada Seguridade Social, definida na Constituição Federal de 1988 (CF/88) como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A Carta Magna ainda define também alguns princípios que orientam a política de Seguridade Social:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV – irredutibilidade do valor dos benefícios; V – equidade na forma de participação do custeio; VI - diversidade da base de financiamento; e VII - o caráter democrático e descentralizado da administração (BRASIL, 1988).

Esse sistema consiste numa rede de proteção formada pelo Estado e por particulares, em que todos contribuem com o objetivo de proporcionar meios para o sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão de vida digno (IBRAHIM, 2012, p. 5).

Determina a Constituição Federal, em seu art. 195, que a “seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais”. Assim, existem duas maneiras de a sociedade financiar a seguridade social, de forma direta e indireta. Na primeira, a sociedade deve financiar através das contribuições sociais dos empregados, empregadores (incidentes sobre a folha de salários, a receita ou o faturamento, e o lucro), concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior. Na segunda, a seguridade social é financiada por meio de dotações orçamentárias fixadas no orçamento fiscal.

As contribuições para a seguridade estão vinculadas ao custeio da previdência social, assistência social e saúde. Ou seja, a União, ente competente para criar esse tipo de tributo, somente cria contribuições para a Seguridade Social

quando o destino de sua arrecadação está direcionado para a saúde, assistência social e previdência social. Porém, em 1994, foi instituída a DRU (Desvinculação de Receitas da União) que determina que 20% da arrecadação de impostos da União, contribuições sociais e contribuições de intervenção do domínio público estão desvinculadas de qualquer órgão, fundo ou despesa. Ou seja, o Governo Federal pode utilizar 20% de toda a arrecadação das contribuições sociais sem respeitar a vinculação com a seguridade social.

A CF/88 também determina que é vedada a utilização dos recursos provenientes das contribuições previdenciárias para outros fins a não ser com despesas da previdência social. Essas contribuições se referem às contribuições provenientes das folhas de salários e demais rendimentos pagos pelo empregador e as contribuições vindas do trabalhador e dos demais segurados da previdência social. Além disso, o art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.212/91 diz que “a União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual”. Assim, quando o pagamento dos benefícios da Previdência Social for superior ao orçamento da seguridade social, a União deve cobrir o pagamento desses benefícios com recursos provenientes de outros tributos.

4.2 Déficit da Previdência Social

De acordo com Vaz (2009, p.9) existem três correntes de pensamentos diferentes a respeito do déficit da Previdência Social, a saber: a constitucionalista, a fiscalista e a pragmática. A primeira corrente defende que não existe déficit, ou seja, os valores que são arrecadados são suficientes para cobrir os valores gastos, e as outras correntes afirmam que o total arrecadado pela previdência é inferior ao total gasto em benefícios.

A idéia da corrente constitucionalista é agrupar o Regime Geral de Previdência Social à Seguridade Social, não tratando em separado as receitas e despesas previdenciárias das receitas e despesas dos outros setores da Seguridade Social. Com esse pensamento, o resultado da seguridade social em 2011 apresentou um saldo positivo de R\$ 77 bilhões de reais.

Para a corrente fiscalista, só deve ser considerado a arrecadação e as despesas da Previdência Social do setor privado (RGPS). Assim, deve entrar no cálculo somente a arrecadação das contribuições previdenciárias dos trabalhadores e empregadores, sobre a folha de salários e demais rendimentos, e os pagamentos dos benefícios de prestação continuada devidos pelo RGPS, como aposentadorias e pensões.

É importante ressaltar que essa corrente investiga a relação entre os gastos com benefícios previdenciários e as receitas das contribuições previdenciárias, observando a diferença que, caso deficitária, necessita ser coberta por toda a sociedade através de outras contribuições sociais e tributos (VAZ, 2009, p. 10).

A corrente pragmática considera, também, somente a Previdência Social do setor privado (RGPS). Contudo, pode-se incluir nas receitas, além das contribuições dos trabalhadores e empregadores sobre a folha de salários e demais rendimentos, o valor das renúncias previdenciárias e a arrecadação da extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) que, por lei, deveria ser destinada à Previdência Social.

4.3 Resultado da Previdência Social de 1990 a 2011

A Constituição Federal de 1988 trouxe transformações importantes que impactaram significativamente no resultado da Previdência Social. Algumas dessas mudanças foi o acesso universal de indivíduos do sexo masculino e feminino à Previdência Social, incluindo o setor rural informal e trabalhadores rurais que praticavam atividades voltadas à economia familiar, a equivalência entre benefícios rurais e urbanos, definindo um piso padrão de um salário mínimo e acabando com as diferenças presentes no sistema anterior, dentre outras.

Os impactos dessas modificações no sistema previdenciário rural iniciaram-se após julho 1991, quando foram sancionadas as Leis nº 8.212 e 8.213 que definem a organização da seguridade social e o plano de benefícios previdenciários. Segundo David (1999, p. 6-7), as modificações que mais impactaram na previdência foram a universalização dos benefícios, redução da idade mínima para a aposentadoria por idade para o trabalhador rural e a elevação

do piso de $\frac{1}{2}$ (meio) para 1 (um) salário mínimo nos benefícios previdenciários rurais.

Essas transformações causaram um forte crescimento no número de beneficiários rurais de 1991 a 1994. De acordo com David (1999, p. 7), somente as concessões de aposentadorias rurais por velhice foram responsáveis por um aumento de 2,2 milhões de benefícios concedidos nesse período, chegando num total de quase seis milhões em 1994. Esse aumento no número de benefícios atrelado ao aumento do seu piso foi responsável por um crescimento de cerca de R\$ 260 milhões no seu valor total pago.

Com relação à forma de custeio da previdência rural, a CF/88 a manteve intacta, ou seja, permanecendo a contribuição sobre a folha salarial para o empregador, empregado e para o autônomo rurais, prevendo, também, a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, desde que oriundas da atividade de economia familiar, que deve ser recolhida pelo comprador. Além disso, a Constituição em seu artigo 201, § 4º, assegurou “o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei”.

No Brasil, a realidade econômica rural se diferencia bastante da realidade econômica urbana. Grande parte da mão-de-obra rural corresponde à pequena agricultura e seus trabalhadores rurais são bastante vulneráveis com relação à sua capacidade de geração de renda. Isto faz com que grande parte da população ocupada agrícola não tenha capacidade contributiva comparável à população urbana. Outros fatores que impactam na economia rural são os rendimentos bastante sazonais, com fluxos monetários irregulares, e formas diferenciadas de ocupação, tais como, posse, agricultura familiar, assalariamento etc. “Dessa forma, as despesas com benefícios rurais previdenciários aumentaram, mas a arrecadação previdenciária não foi suficiente para cobrir essas despesas” (DANTAS; BARBIERI, 2011, p. 10).

Com isso, em 1995 a Previdência Social apresentou seu primeiro déficit. As causas que explicam esse déficit são várias, mas principalmente a criação de uma série benefícios sem a consciência das respectivas contrapartidas para que se pudesse arcar com os novos direitos. Dentre elas temos o aumento no número de beneficiários, fixação do piso dos benefícios em um salário mínimo, que após o plano real apresentou ganhos significativos, altas taxas de evasão do sistema e a

crise econômica no começo dos anos de 1990 que também contribuíram para esse resultado.

A tabela 3 apresenta a evolução da arrecadação líquida, das despesas com benefícios e do resultado do RGPS. Dados extraídos do Anuário Estatístico da Previdência Social e do Boletim Estatístico da Previdência Social, atualizados pelo INPC mensal, a preços de dezembro de 2010.

Tabela 3 – Arrecadação líquida, despesa com benefícios do RGPS e resultado previdenciário, em milhões de reais, a preços de dez/2010

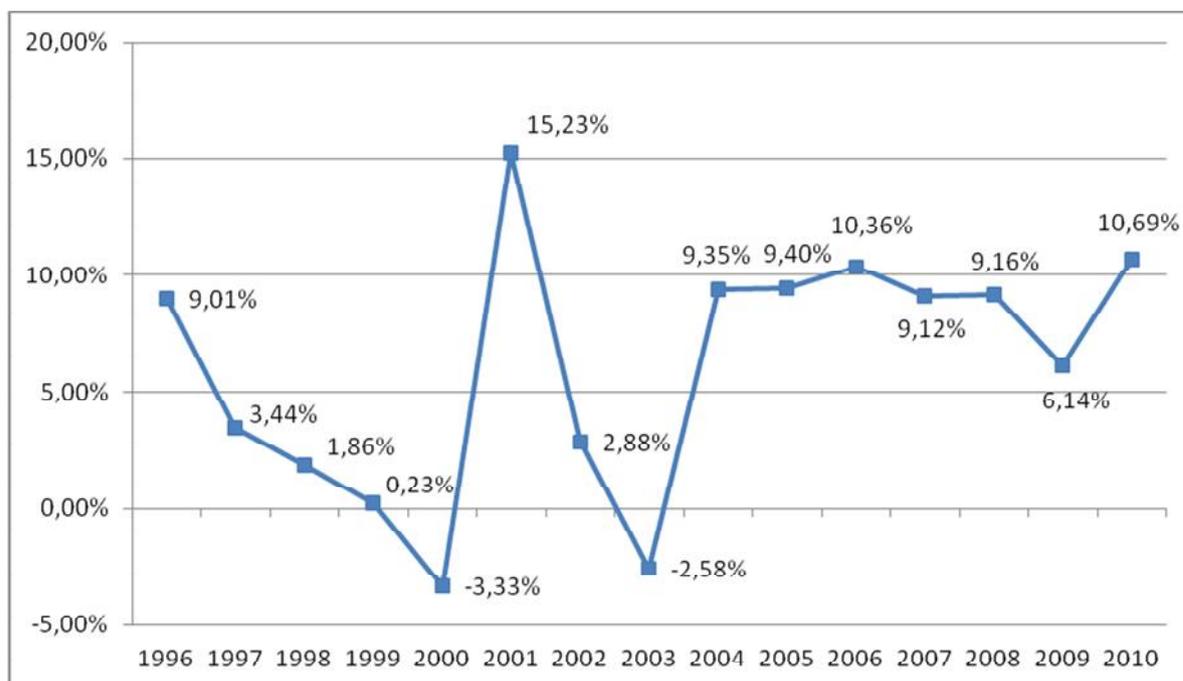
Ano	Arrecadação Líquida Previdenciária		Benefícios Previdenciários		Saldo Previdenciário	
	Total	Varição Anual	Total	Varição Anual	Total	Varição Anual
1995	91.596,10	–	92.326,90	–	-730,8	–
1996	99.851,30	9,01%	100.488,90	8,84%	-637,7	-12,74%
1997	103.285,20	3,44%	110.463,80	9,93%	-7.178,60	1025,70%
1998	105.202,90	1,86%	121.220,80	9,74%	-16.017,90	123,13%
1999	105.448,80	0,23%	125.598,20	3,61%	-20.149,40	25,79%
2000	101.938,90	-3,33%	132.935,30	5,84%	-30.996,30	53,83%
2001	117.467,40	15,23%	141.404,50	6,37%	-23.937,10	-22,77%
2002	120.848,70	2,88%	149.592,00	5,79%	-28.743,30	20,08%
2003	117.727,40	-2,58%	156.130,40	4,37%	-38.403,00	33,61%
2004	128.736,00	9,35%	172.572,80	10,53%	-43.836,80	14,15%
2005	140.843,10	9,40%	189.625,30	9,88%	-48.782,20	11,28%
2006	155.438,50	10,36%	208.465,90	9,94%	-53.027,40	8,70%
2007	169.617,70	9,12%	223.915,80	7,41%	-54.298,10	2,40%
2008	185.151,90	9,16%	226.372,20	1,10%	-41.220,30	-24,09%
2009	196.511,00	6,14%	242.945,40	7,32%	-46.434,40	12,65%
2010	217.525,10	10,69%	261.878,30	7,79%	-44.353,20	-4,48%

Fonte: Dantas e Barbieri (2011, p. 11-12)

No que diz respeito à evolução da arrecadação previdenciária, a tabela 3 mostra, que no período de 1995 a 2010, tem-se 3 momentos distintos, são eles: a) entre 1995 e 2000, quando a arrecadação previdenciária apresenta uma desaceleração no seu ritmo de crescimento chegando a um decréscimo de -3,33% de 1999 para 2000; b) de 2001 a 2003, quando a mesma apresenta uma recuperação significativa de 2000 para 2001 (aumento de 15,23%), mas voltando a cair de 2002 para 2003 (-2,58%); e c) ocorre de 2004 em diante, quando a arrecadação líquida volta a crescer, mantendo um ritmo de crescimento

praticamente constante, em média de 9,18% ao ano, com exceção de 2009 que apresentou uma pequena desaceleração no seu crescimento mais que logo foi recuperado em 2010. Esta análise está ilustrada no Gráfico 6 para melhor visualização.

Gráfico 6 – Evolução da arrecadação líquida previdenciária do RGPS. Valores atualizados pelo INPC mensal, a preços de dezembro de 2010



Fonte: Elaboração do autor.

O primeiro momento considerado na análise foi marcado por diversas crises internacionais que impactaram diretamente a economia brasileira. As crises do México (1994), da Ásia (1997-1998) e da Rússia (1998) afetaram os mercados financeiros do mundo todo, inclusive o nosso, trazendo consequências mais fortemente no final de 1998 e início de 1999, quando ocorreu o colapso no sistema cambial brasileiro.

Em meio a esse cenário econômico, as variáveis do mercado de trabalho no Brasil não se mostraram favoráveis. O emprego formal aumentou somente 10,78% de 1995 a 2000, a população ocupada cresceu apenas 5,8%, a população informal aumentou em 6,54%, o PIB somou um acréscimo de somente 10,46%, com uma média anual de crescimento de apenas 2,39%, e o percentual de pessoas protegidas pela previdência social diminuiu 1,7 pontos percentuais.

Entre 2000 e 2001, percebemos uma recuperação da arrecadação líquida previdenciária com crescimento de 15,2%. Porém, nos dois anos seguintes, a arrecadação voltou a apresentar desaceleração no crescimento chegando a um decréscimo entre 2002 e 2003 de -2,58%. Nesse período, a economia mundial estava vivenciando a crise financeira, política e social da Argentina e o Brasil estava sofrendo as consequências da crise interna de “Marcação a Mercado” que gerou turbulências em seu mercado financeiro. Entre 2001 e 2003 a arrecadação líquida previdenciária cresceu apenas 0,22%

A partir de 2004 a economia brasileira operou num contexto de comércio internacional favorável, combinada com reduções nos patamares de juros internos, com uma importante expansão das várias modalidades de crédito, estímulo ao consumo, investimento e capitalização das empresas, aumentos do salário mínimo à frente da inflação, aumento dos investimentos públicos e expansão das políticas sociais, o que permitiu uma melhora significativa nas principais variáveis do mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhora na arrecadação previdenciária.

Nesse período a arrecadação líquida previdenciária apresentou crescimento entre os anos de 2008 e 2009, porém em ritmo mais lento, ocasionado principalmente pela crise norte-americana que abalou todas as economias do mundo, inclusive o Brasil. A crise teve como efeito apenas uma redução na taxa de crescimento da arrecadação, mas não a queda da mesma, consequência da estabilidade econômica do Brasil atrelado as medidas adotadas pelo governo para amenizar os efeitos dessa crise na economia do país. Em 2010, a arrecadação previdenciária cresceu acima da média dos últimos 8 anos.

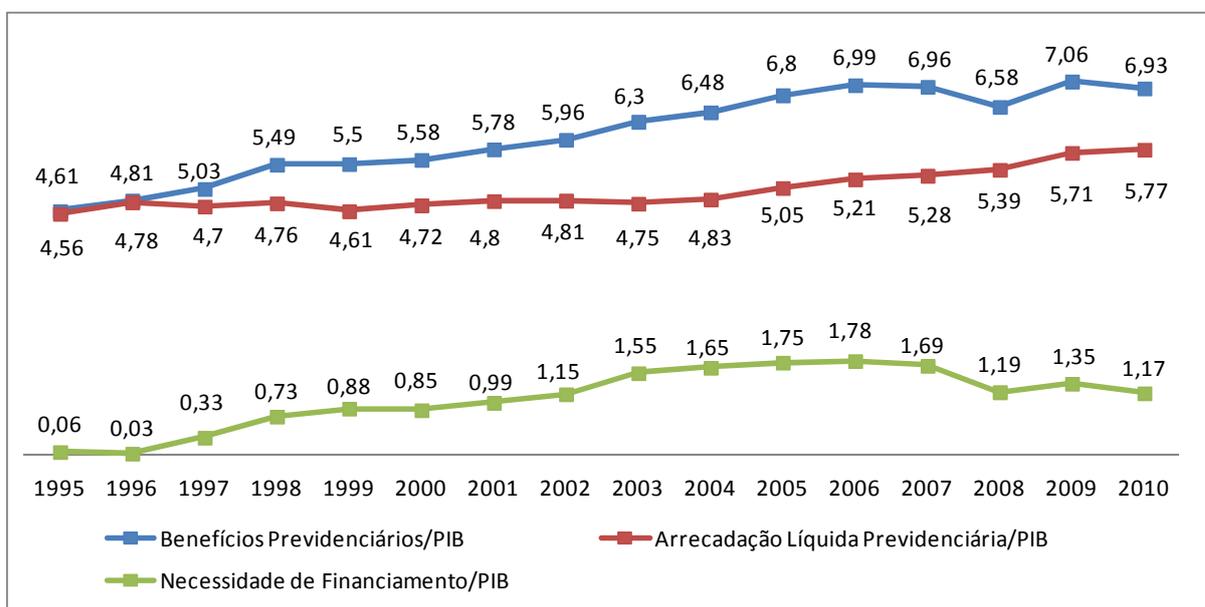
Entre os anos de 1995 e 2002, as despesas com benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de 62,02%, com uma média anual de crescimento de 7,16%. A arrecadação líquida previdenciária nesse mesmo período não conseguiu acompanhar o mesmo ritmo de crescimento que as despesas com benefícios, apresentando um acréscimo de 31,94% com uma média anual de 4,19%.

Já entre 2003 e 2010, a arrecadação líquida previdenciária apresentou crescimento superior ao crescimento das despesas com benefícios previdenciárias.

Enquanto que esse apresentou crescimento de 67,73% com uma média 7,29% ao ano, aquele obteve um acréscimo de 84,77% com uma média de 7,71%.

Como pode ser visto no gráfico 7, mesmo com a relação despesa com benefícios/PIB tendo crescido nos últimos anos, a necessidade de financiamento está reduzindo, alcançando em 2010 1,17% do PIB, o menor patamar desde 2003. Isso se dá pelo fato da arrecadação líquida ter crescido acima que a despesas com benefícios de 2006 até 2010, com exceção de 2009, devido a crise do subprime.

Gráfico 7 – Arrecadação líquida previdenciária, despesa com benefícios e resultado previdenciário do RGPS em relação ao PIB



Fonte: Dantas e Barbieri (2011, p. 11-12).

Esses resultados foram obtidos devido ao bom momento vivido pela economia brasileira nesse período, que gerou reflexos positivos no mercado de trabalho, e pelo fortalecimento das políticas de inclusão social, com destaque para o Plano Simplificado de Previdência Social (PSPS), que reduziu o percentual de contribuição para a categoria de contribuinte individual que trabalha por conta própria e para o segurado facultativo de 20% para 11%, possibilitando uma maior inclusão previdenciária.

Vale ressaltar que a Previdência Social, mesmo deficitária, tem um papel social e econômico muito importante para o Brasil, principalmente na redução da pobreza e na geração de renda. Pois em um país com umas das piores distribuições

de renda do mundo, a Previdência Social tem sido um instrumento efetivo de combate à pobreza e de garantia de renda as pessoas de idade avançada.

Além disso, a Previdência Social possui uma importância econômica imensa para os municípios brasileiros, pois, em boa parte desses municípios, o pagamento de benefícios previdenciários é superior aos repasses dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que significa que para muitas cidades, o pagamento de benefícios é fundamental para o crescimento da economia local, principalmente após as mudanças inseridas pela Constituição de 1988, que passou a transferir renda das áreas urbanas para a rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exposto as principais crises financeiras internacionais, a estrutura do mercado de trabalho no Brasil e os resultados da Previdência Social de 1990 a 2011, cabe agora, de modo objetivo, concluir este trabalho analisando os impactos que essas crises ocasionaram na Previdência Social do Brasil.

Consta-se que, a partir dos dados levantados, as crises financeiras que ocorreram em diversos países entre 1990 e 2011 tiveram seus efeitos negativos na economia do Brasil. No período de 1990 a 1999, que ocorreram diversas crises internacionais associadas à expansão dos mercados financeiros e capitais especulativos, a economia brasileira vivenciou um diferencial positivo e elevado entre as taxas de juros domésticas e internacionais, maior dependência de capitais voláteis, deterioração das principais variáveis do mercado de trabalho nacional, aumento nos níveis absolutos e relativos de desemprego e piora nos níveis reais médios de renda do trabalho e a sua distribuição.

No período seguinte, de 2000 a 2011, a economia brasileira apresentou uma maior estabilidade, invertendo as tendências anteriores das principais variáveis do mercado de trabalho, operando num contexto de comércio internacional mais favorável, combinada com reduções nos patamares de juros internos, com uma expansão das várias modalidades de crédito, estímulo ao consumo, investimento e capitalização das empresas, aumentos do salário mínimo à frente da inflação, aumento dos investimentos públicos e expansão das políticas sociais.

Em meio a esse cenário, ocorreu a crise financeira do *subprime* que abalou todas as economias do mundo. Porém, as medidas adotadas pelo governo brasileiro para amenizar os efeitos desta crise garantiram a estabilidade na economia brasileira, diminuindo seus efeitos negativos no mercado de trabalho, consequentemente na arrecadação previdenciária.

Com relação às receitas e despesas previdenciárias do RGPS, no período de 1995 a 2002, as despesas com benefícios apresentou um crescimento quase duas vezes superior, em termos percentuais, do que a arrecadação líquida previdenciária. Já no período de 2003 a 2010, em função da recuperação das

variáveis do mercado de trabalho, a arrecadação líquida previdenciária apresentou crescimento maior, percentualmente, do que a despesa com benefícios do RGPS. Nesse período, somente em 2009 que a receitas previdenciárias não apresentou percentuais de crescimento maior que as despesas em decorrência, principalmente, da crise financeira norte-americana que abalou a economia mundial.

Portanto, vale ressaltar que apesar do bom momento vivido pela economia brasileira nos últimos anos há desafios a serem superados pelo governo brasileiro. Dentre eles, destaca-se o de convencer as pessoas a permanecerem mais tempo como contribuintes do sistema para fazer jus à aposentadoria no futuro.

Por outro lado, temos que encarar o regime previdenciário como instrumento essencial de resposta à crise. Embora o regime previdenciário não ataque as causas da crise, ele cumpre uma função importante ao absorver choques, substituir a renda perdida, conter e até mesmo reduzir a pobreza, reduzir as desigualdades e proteger os setores mais afetados pela recessão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e as Crises Financeiras Internacionais, 1929-2001. **Cena Internacional**, Brasília, v.3, p. 89-114, dez. 2001.
- AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fábio. **A Crise Brasileira de 1998/1999**: Origens e Consequências. In: Textos para Discussão do BNDES, n. 77. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 11/04/2012.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: < 25/05/2012>
- BROTTO, João Guilherme. TUDO SOBRE: Saiba quais foram as principais crises ao longo dos últimos 40 anos. **Inseder News**. Abril de 2003. Disponível em:<www.insidenews.com.br/tudo-sobre/saiba-quais-foram-as-principais-criSES-ao-longo-dos-ultimos-40-anos>. Acesso em: 18/04/2012.
- CANUTO, Otaviano. A Crise Asiática e seus Desdobramentos. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.2, p. 25-60, dez. 2000.
- CARDOSO JR., José Celso. De Volta para o Futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Texto para Discussão Ipea**, Brasília, n. 1310, nov. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1310.pdf> Acesso em: 03/05/2012.
- CÉZAR, Caio. A Crise imobiliária dos EUA: efeito borboleta globalizado. **Webartigos**, 21 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-criSE-imobiliaria-dos-eua/4360/>> . Acesso em : 22/04/2012.
- DANTAS; Emanuel de Araújo; BARBIERI, Carolina Verissimo. As Crises Internacionais e Seus Impactos na Previdência Social. **Informe de Previdência Social**, Brasília, v.23, n. 11, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=343>>. Acesso em: 12/02/2012.
- DAVID, M. D. et al. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: **Anais do Seminário FAO/CEPAL/RIMISP: Experiências exitosas de combate à pobreza rural na América Latina**. Santiago, Chile, ago./set. 1999.
- DELGADO, Guilherme. Diagnóstico do Mercado de Trabalho para a Previdência Social - 1980 – 2006. **Boletim Ipea**, Brasília, n. 51, mar. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=v>

iew&mailid=213&key=0cb55bbf90cf649efb18d15a9c9cf52f&Itemid=117>. Acesso em: 03/05/2012.

FERNANDES, Vinícius Betsur Alvarenga. Argentina: Crise e Recuperação. **Conjuntura Internacional**, Minas Gerais, nov./2003. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura/tipos_conjuntura.php?tipo=2&&pagina=1190&menu=924&cabecalho=29&lateral=6> . Acesso em: 16/04/2012.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. Niterói: Impetus, 2012.

KESSLER, Timothy. A Quebra do Peso Mexicano: causas, consequências e recuperação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.21, p. 121-145, jul./set. 2001.

MURTA, Luís Roberto; BRASIL, Gutemberg Hespânia; SAMOBYL, Robert Wayne. Crise monetária brasileira de 1999: uma análise econométrica realizada com base em elementos teóricos... In: Encontro Nacional de Economia, 31, Porto Seguro, 2003. **Anais do Encontro**, Porto Seguro: ANPEC, 2003.

PINTO, Bruno José Marques; VILELA, Thaís Machado de Matos; LIMA, Ursula Silveiro Monteiro de. Crise Financeira da Rússia. **International Finance**, Suécia, n.0504003, 05/04/2005.

REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. **Oito Séculos de Delírios Financeiros: Desta Vez é Diferente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SERRÃO, Cristiano Ramponi. **A Crise Brasileira de 2002: uma abordagem baseada na teoria do racionamento de crédito**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina**. Cooperação e conflito nas reformas econômicas - o governante perante o FMI. Lisboa: CEEA, 2005.

VAZ, Levi Rodrigues. O princípio do equilíbrio financeiro e atuarial no sistema previdenciário brasileiro. **Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 6, jul./dez. 2006.

VIDAL, Tatiane Ladeira. **Crises Financeiras: efeito contágio ou interdependência entre os países? Evidências utilizando uma abordagem multivariada**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.